

**MULTIPLICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS
EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) COMO POTENCIALIZADOR
DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES
RELATO DE EXPERIÊNCIA E PROPOSTA DE TRABALHO DE UM TAE
COM FORMAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MULTIPLICITY OF THE ACADEMIC FORMATION OF
EDUCATIONAL AFFAIRS TECHNICIANS (TAE) AS A
POTENTIALITY OF THE WORKFORCE IN UNIVERSITIES
EXPERIENCE REPORT AND WORK PROPOSAL OF A TAE WITH A BACKGROUND
IN HISTORY ACADEMIC FORMATION**

Danilo Wilson Lemos Menezes¹
Ana Andréa Vieira de Castro²

RESUMO

Tendo em vista que boa parte dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil enfrentam um problema crônico de desvios funcionais, somado ao fato de que a formação superior destes profissionais é bastante múltipla, o objetivo do presente texto foi demonstrar, a partir de um relato de experiência envolvendo o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba e um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) com o perfil e formação em História, como esta multiplicidade de formações destes profissionais pode se apresentar como vantagem na gestão de pessoas das Universidades Públicas Federais brasileiras. Verificamos que os ganhos em eficiência e adequação do dimensionamento em recursos humanos da IES podem ser potencializados ao se inserir nas variáveis para as tomadas de decisão, não apenas as atribuições gerais do cargo, mas a área de formação, o campo de atuação acadêmica do servidor e as possíveis compatibilidades com o setor de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Pessoas; Desvio de função; Plano de trabalho; NDIHR; UFPB.

ABSTRACT

Bearing in mind that most of the Educational Affairs Technicians (TAE) in Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil face an experimental problem of functional deviations, added to the fact that the higher education of these professionals is quite multiple, the objective of this work was demonstrative, based on a experience report involving the Regional Historical Documentation and Information Center (NDIHR) of the Federal University of Paraíba and a Technician in Educational Affairs (TAE) with a profile and formation in history, as this multiplicity of training These professionals can present themselves as an advantage in managing people at HEIs. We verified that the gains in efficiency and adequacy of human resources sizing at the IES can be enhanced by including in the variables for decision making,

¹ Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil (2022). Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

² Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. É arquivista da UFPB, atuando como Coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR).

not only the general assignments of the load, but the area of training, the field of academic activity server and possible combinations with the work sector.

KEYWORDS: People management; Function desviation; Work plan; NDIHR; UFPB.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista os frequentes desvios funcionais e as dificuldades verificadas em boa parte das Instituições de Ensino Superior de se definir funções adequadas aos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) e a diversidade de formação destes profissionais de nível superior, sempre no campo das licenciaturas ou pedagogia (Casado et al., 2017; Sanseverino e Gomes, 2017b; Oliveira, Rosa e Esteves, 2019; Silva e Melo Filho, 2021; Silva, 2023), este trabalho tem por objetivo demonstrar – a partir de um relato de experiência envolvendo um processo de remoção bem-sucedido de um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), com o perfil e formação em História, para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba – como a multiplicidade de formações destes profissionais pode se apresentar como vantagem, em certos casos (Silva, 2023), na aderência do servidor e cargo às atividades do setor de lotação. Problema este posto em evidência por Reitz (2023) como sendo uma realidade também nas ações de planejamento da UFPB.

Pretendemos ainda fundamentar a defesa da permanência e atuação destes profissionais com formação em História, a partir do nosso relato de experiência, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e em outros órgãos correlatos nesta e em outras Instituições de Ensino Superior. Propondo ainda ações e atividades a serem desempenhadas no Núcleo, por meio de um plano de trabalho, compatibilizando plano de carreira, atribuições do cargo, habilidades advindas de sua formação acadêmica e os objetivos, missão e competências próprias do Núcleo. Assim como incentivar o debate sobre os benefícios possíveis em ganhos de eficiência que as IES podem alcançar ao se levar em consideração a formação acadêmica dos TAEs no dimensionamento da força de trabalho.

Conforme apontam os objetivos estratégicos listados no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028 da UFPB, que tratam do dimensionamento e otimização do quadro de pessoal da instituição, as necessidades de realocação de servidores devem garantir a “otimização da força de trabalho, através da análise do perfil e das competências individuais, alocando-os em conformidade com as necessidades da instituição” (UFPB, 2024, OE.04, p. 45). De acordo com o mesmo PDI, também são objetivos estratégicos da universidade para os

próximos anos o “fortalecimento das atividades de pesquisa”, assim como a “disseminação do conhecimento produzido na Universidade” (UFPB, 2024, OE. 14, p. 46), contribuindo com o desenvolvimento “científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade” (UFPB, 2024, p. 96).

Procuramos demonstrar, no trajeto deste artigo, de modo mais tangível, as possibilidades e benefícios de um melhor aproveitamento, pela instituição, da força de trabalho de um servidor que não atua como professor, embora tenha formação docente e seu cargo seja de natureza pedagógica, cujas atribuições relacionam-se aos processos educativos, de pesquisa e extensão, contribuindo de forma mais coerente com as atividades de produção e difusão de conhecimento, relacionadas à história regional, desenvolvidas pelo NDIHR.

1.1 FUNCIONAMENTO E OBJETIVOS DOS NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UFPB

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB é um Núcleo de Pesquisa e Extensão, órgão suplementar da universidade, vinculado à Administração Superior, regido pelas resoluções 20/1997 e 24/2018 do Conselho Universitário da UFPB (UFPB, 1997, 2018).

Segundo seu marco resolutivo, compete aos Núcleos “apoiar, planejar, organizar, elaborar e executar programas e projetos relativos à pesquisa e extensão, de forma articulada com o ensino”, complementando as atividades acadêmicas e possibilitando o diálogo inter e multidisciplinar entre os diversos departamentos envolvidos, através do vínculo de docentes e/ou técnicos (UFPB, 2018, art. 4).

Além de uma Coordenação e uma Secretaria, os Núcleos possuem um Conselho Técnico-Científico, formado por representações dos diferentes recursos humanos que os compõem, cuja finalidade é deliberar de modo colegiado sobre os diversos assuntos de sua pertinência; Equipes de Pesquisas e/ou de Extensão; Laboratórios e outros órgãos e setores que se julgue necessários (UFPB, 2018, art. 7). Além dos servidores docentes com lotação nos departamentos, participam dos Núcleos os discentes, estagiários, eventuais pesquisadores associados e servidores técnicos.

Os Núcleos, que podem ser criados e compostos exclusivamente por docentes, por técnicos ou por ambos (UFPB, 2018, art. 4), tem em sua estrutura e funcionamento a previsão de participação dos servidores técnicos no desempenho também das suas atividades-fim, assim como nas funções da Coordenação e na supervisão de seus órgãos e setores internos, conforme compatibilidade com sua formação acadêmica (UFPB, 2018, art. 15).

A atuação de técnicos de nível superior nas atividades dos Núcleos pode se dar também mediante aprovação de um plano de trabalho no qual há a possibilidade de, além de desempenharem as funções ligadas a gestão administrativa, participarem diretamente dos projetos e programas de pesquisa e extensão, conforme sua formação acadêmica, cargo e competências individuais (UFPB, 2018, art. 9).

1.2 O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR)

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, criado em 1976, tem como seus objetivos gerais permanentes, dentre outros, participar ativamente das políticas e da produção científica da instituição, através de seus programas e projetos multi e interdisciplinares, promovendo o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina. Compete-lhe ainda fornecer apoio as atividades científicas e culturais interna e externamente à instituição, relativas a documentação e informação histórica regional, em especial.

Para isso, o NDIHR tem como metas gerais, dentre muitas outras, gerir um acervo documental e de informações históricas e geográficas regionais; criar e coordenar programas, projetos de pesquisa, projetos de extensão e linhas temáticas “orientados para a compreensão do processo histórico regional” (UFPB, 1997, art. 4); prestar apoio didático-científico aos departamentos envolvidos, através da articulação interdisciplinar e do aprofundamento disciplinar e, ainda; prestar suporte na execução da política editorial, arquivística, arqueológica e bibliotecária da UFPB.

Tendo em vista as especificidades de sua natureza, mas também as possibilidades de abrangência de sua zona de influência acadêmica dentro e fora da universidade, o NDIHR possui, além dos órgãos e setores básicos mínimos previstos para todos os Núcleos da UFPB³, um Conselho Editorial, quatro Programas Permanentes com suas respectivas supervisões, um Arquivo, uma Biblioteca e um Laboratório de Arqueologia, com seus respectivos acervos.

O Conselho Editorial é responsável por coordenar as publicações vinculadas ao NDIHR, conforme política editorial definida pelo Conselho Técnico-Científico, estimulando a divulgação científica e a produção dos programas e projetos de pesquisas ligados ao Núcleo. Dentre as publicações do NDIHR, existem as coleções temáticas, séries documentais, séries didáticas e importantes periódicos científicos sobre história e estudos regionais.

³ Coordenação, Secretaria, Conselho Técnico-Científico, Equipes de Pesquisa e/ou Extensão e Laboratórios (UFPB, 2018, art. 7).

Os Programas Permanentes do NDIHR, supervisionados cada um por um docente ou especialista, são como grandes áreas de atuação, onde orbitam as Equipes de Pesquisa ou Extensão e onde se vinculam projetos e atividades relacionadas. Estes programas são o de (1) Pesquisa; (2) Documentação e Memória Regional; (3) Ensino e Extensão e; (4) Publicação e Divulgação.

O Arquivo é o setor de apoio técnico do NDIHR, cuja função é organizar, preservar e dar acesso aos documentos produzidos, decorrentes das atividades do Núcleo ou adquiridos por meio de doação. O arquivo possui diversos fundos documentais de caráter público e privado, possuindo documentos de diferentes gêneros e tipologias, oriundos de acervos pessoais e de entidades. A salvaguarda desta memória histórica regional possibilita o acesso a fontes documentais e informações aos diversos programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão vinculados ao Núcleo, usuários internos e também a órgãos e pesquisadores externos.

São importantes objetivos do NDIHR, buscados através de seu Arquivo, a criação e organização de “bases de dados com informações sobre fontes de pesquisa para a História nordestina” (UFPB, 1997, art. 20), assim como a divulgação do acervo, através de ferramentas de pesquisa, projetos e exposições, por exemplo.

Já a Biblioteca Setorial do NDIHR, setor de apoio bibliográfico ao Núcleo e vinculada ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (Sistemoteca), é encarregada do material bibliográfico que servirá de suporte aos programas e projetos desenvolvidos ali e demais usuários da instituição e de fora dela.

O Laboratório de Arqueologia Brasileira implantado nas dependências do Núcleo hospeda, além de um acervo arqueológico, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob custódia do NDIHR, atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão na área.

2 OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) E SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

O cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é uma especificidade das Instituições Federais de Ensino (IFES) no Brasil. Ao adotar como exigência para a investidura no cargo a formação superior em licenciaturas ou áreas pedagógicas (MEC, 2005), a legislação reforça as atribuições do cargo, voltadas diretamente aos processos educativos ou relacionadas as atividades de gestão, planejamento, coordenação, supervisão e avaliação pedagógica (Sanseverino; Gomes, 2017a, 2017b) nos campos do ensino, da pesquisa e extensão.

As principais atribuições dos TAE, previstas formalmente na legislação, são descritas como:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (MEC, 2005)

No entanto, compete ao cargo ainda, como atividades típicas, de forma mais específica,

Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos. (MEC, 2005)

Podendo ainda o TAE, segundo o mesmo dispositivo legal,

Elaborar projetos de extensão, realizar trabalhos estatísticos específicos, elaborar apostilas, orientar pesquisas acadêmicas, utilizar recursos de informática e executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (MEC, 2005)

Segundo Silva e Melo Filho (2021), além das atividades administrativas as quais o TAE está também (mas não exclusivamente) apto a desempenhar estão, especialmente e de modo geral, listadas entre suas atribuições “o apoio à atividade docente, o apoio aos projetos de ensino, apoio aos projetos de pesquisa e extensão, o acompanhamento dos estudantes e a assessoria e suporte pedagógico” (p. 19).

O Técnico em Assuntos Educacionais é responsável, portanto, por prestar suporte aos processos de produção e reprodução do conhecimento nas instituições de educação, contribuindo com os campos do ensino, da pesquisa e da extensão (Sanseverino; Gomes, 2017a; Silva; Melo Filho, 2021; Silva, 2023).

Além das atividades pedagógicas, pode ainda colaborar com a elaboração de documentos diversos ligados a gestão educacional de modo geral, além de participar de comissões e grupos de pesquisa e extensão ou prestar atendimento à docentes e estudantes nas

diversas atividades acadêmicas (IFPR, 2022). A atuação do TAE, mesmo que ainda relacionada aos aspectos educacionais da universidade, se configura como um grande campo de atuação e possibilidades (Sanseverino; Gomes, 2017a; Silva, 2023).

Conforme evidencia Oliveira, Rosa e Esteves (2019), para além das funções administrativas, o Técnico em Assuntos Educacionais, “se bem alocado em funções compatíveis com a sua formação pedagógica, poderá contribuir decisivamente para o melhor desenvolvimento dos processos educativos nas IFES” (p. 196).

Os TAEs podem então ser entendidos como “uma espécie de mediadores/articuladores de práticas educativas” no âmbito das instituições de educação formal superior, pesquisa e extensão como o são as universidades federais (Silva; Melo Filho, 2021, p. 6), além de poderem desempenhar concomitantemente atividades administrativas específicas e de gestão educacional.

2.1 PERFIL E DISTRIBUIÇÃO DOS TAE NA UFPB

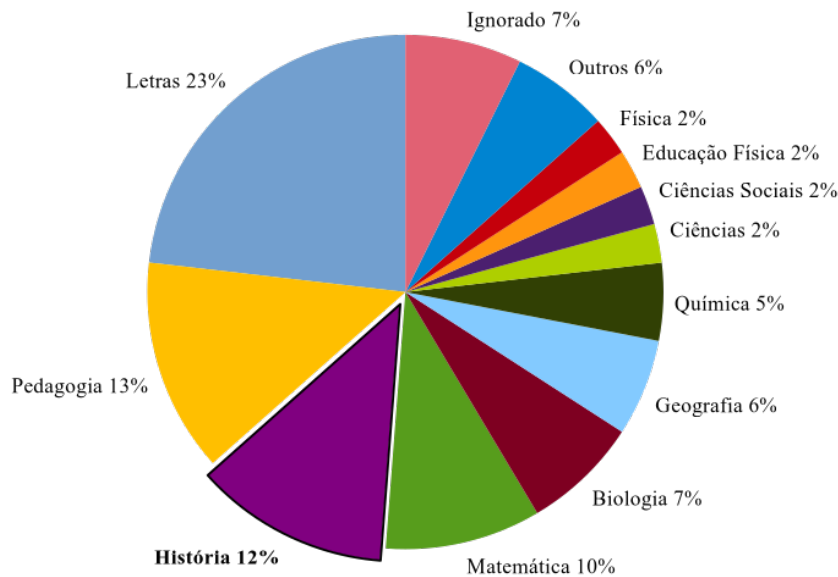
Na Universidade Federal da Paraíba, campo de pesquisa da presente análise, existem atualmente 75 (setenta e cinco) vagas de TAE, dos quais 71 (setenta e um) encontram-se ocupados, segundo quadro de referência dos servidores técnico-administrativos em educação (QRSTA) de 2025, divulgado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da instituição⁴ e Portal da Transparência⁵.

Conforme levantamento individual realizado nesta pesquisa e conforme indicado no abaixo, no momento da nomeação dos servidores e servidoras ativos em 2025, para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais na instituição, a maior parte possuía a licenciatura em Letras (19), seguidos da licenciatura em Pedagogia (11) e em História (10), logo à frente dos licenciados em Matemática (8). Vale ressaltar que alguns destes profissionais possuíam mais de uma licenciatura no momento da nomeação, assim como outros TAEs concluíram segundas ou terceiras licenciaturas já em exercício nos anos seguintes.

⁴ <https://progep.ufpb.br/progep/contents/documentos/diversos/quadro-de-referencia-ufpb-18-03-2025-nova-planilha-para-publicar-modelo.pdf>.

⁵ <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/>.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade/titulação dos TAEs na UFPB e IFPB.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência e Plataforma Lattes (2025).

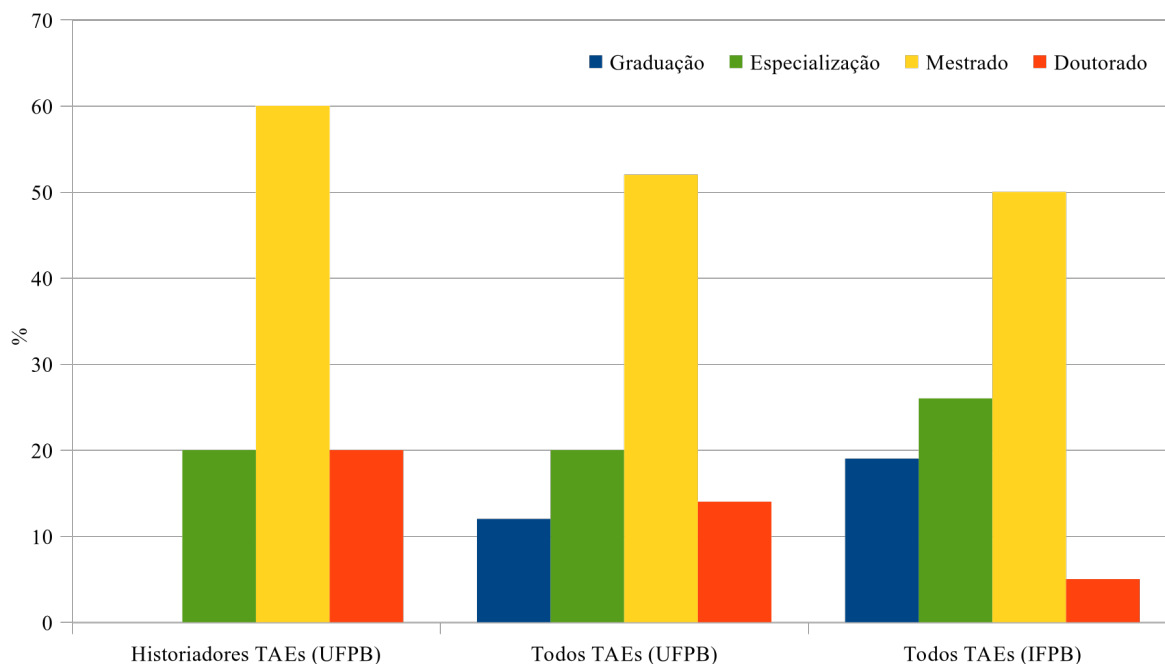
Com relação ao setor, lotação ou ambiente de trabalho, a maior parte dos TAE na ativa está lotada nas direções dos centros acadêmicos (30), nas pró-reitorias de graduação, pesquisa, gestão de pessoas, pós-graduação ou de extensão (22). O restante encontra-se em atividade no Colégio Agrícola (2), Biblioteca Setorial de Centro, na Superintendência de Educação a Distância, Reitoria, Hospital Universitário, Comitê de Inclusão e Acessibilidade e, finalmente, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), após remoção exitosa da qual trata esta pesquisa.

Os TAEs com formação inicial em História são o terceiro maior grupo do universo destes servidores na ativa na instituição e possuem, conforme apontado no abaixo, um percentual de doutores e mestres maior que a média de todos os TAEs da UFPB e do IFPB. O que demonstra o bom nível de qualificação destes profissionais.

Contudo, seus setores de efetivo exercício na instituição mostram que as suas habilidades específicas ligadas ao ofício e atividades típicas da História – para além daquelas do âmbito educacional e pedagógico exigidas para o cargo de TAE e desenvolvidas pela licenciatura – estão sendo pouco ou nada aproveitadas pela universidade, assim como, diga-se de passagem, quase a totalidade dos TAEs ativos na UFPB.

MULTIPLICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) COMO POTENCIALIZADOR DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

Gráfico 2 - Nível de escolaridade/titulação dos TAEs na UFPB e IFPB.



Fontes: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência, Plataforma Lattes, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB (2025) e Silva (2023).

O que demonstra que a instituição perde a oportunidade de potencializar o aproveitamento destes profissionais, ao desconsiderar sua formação acadêmica nas tomadas de decisão relativas ao dimensionamento de pessoal na instituição, sequer mencionando ainda os desvios funcionais de suas atribuições pedagógicas para atividades meramente administrativas, dos quais trataremos adiante.

Contudo, nos limites de um artigo, devemos focar nos técnicos em assuntos educacionais com formação inicial em História. Dos 10 (dez) TAEs historiadores na ativa na UFPB, apenas um está, no momento, em exercício num setor que possibilite maior diálogo e aproveitamento laboral do TAE em atividades que possam combinar criativamente os atributos acadêmicos específicos de sua formação historiográfica com a sua natureza pedagógica. Trata-se especificamente do técnico lotado no NDIHR, conforme apontado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - TAEs com formação em História e unidades de exercício na UFPB.

TAEs	Unidade de Exercício	Atribuições da Unidade
1	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Biblioteca Setorial	Integra o Sistema de Bibliotecas da UFPB e tem como missão dar apoio informacional ao ensino, à

MULTIPLICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) COMO POTENCIALIZADOR DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

		pesquisa e a extensão dos cursos e projetos do CCSA.
2	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN)	O CAVN é uma unidade de ensino profissionalizante e técnico no campo das Ciências Agrárias.
3	Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ)	O Departamento é a primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito de sua atuação.
4	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)	Tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento histórico crítico sobre a realidade nordestina.
5	Pró-Reitoria de Graduação – Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos (CPPA)	Administra e supervisiona a política de Programas e Projetos Acadêmicos da Pró-Reitoria.
6	Pró-Reitoria de Extensão - Comitê de Arte e Cultura (CAC)	Órgão assessor e consultor da Pró-Reitoria. Tem por finalidade deliberar sobre a elaboração da Política de Arte e Cultura da UFPB.
7	Pró-Reitoria de Extensão - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR)	Coordena, desenvolve, orienta e executa atividades de extensão, estudo, pesquisa e ensino sobre o campo da economia e da educação popular.
8	Pró-Reitoria de Graduação – Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA)	Gerenciamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de recredenciamento institucional.
9	Pró-Reitoria de Extensão – Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC)	Atua monitorando e fomentando a execução de programas, projetos, cursos, oficinas, e demais eventos de extensão universitária na UFPB.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da UFPB; Portal da Transparência e Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da UFPB (2025).

2.2 OS DESVIOS FUNCIONAIS E A SUBUTILIZAÇÃO DOS TAE NAS IES

No entanto, embora as atribuições pertinentes ao cargo de Técnico em Assuntos Educacionais sejam claras e as possíveis contribuições aos processos de ensino e aprendizagem, às atividades de pesquisa e extensão sejam fartas, o que se percebe, segundo algumas pesquisas e levantamentos nas áreas de gestão organizacional e administração pública, é que há uma constante subutilização das potencialidades dos profissionais ocupantes do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais em boa parte das IFES, normalmente em situações de desvio de função (Silva, 2023). Problema este agravado na instituição observada, pela súbita ampliação da própria instituição, aliada a redução prolongada e paulatina do quadro técnico (Reitz, 2023).

Tem-se constatado, de modo contrastante ao que firmam os dispositivos e previsões legais, em relação ao trabalho executado pelo TAE, o “distanciamento das suas reais atribuições”, com pouco ou nenhum envolvimento nas atividades pedagógicas, de pesquisa e extensão, enquanto há abundante participação em funções exclusivamente administrativas (Silva; Melo Filho, 2021, p. 11).

Segundo Sanseverino e Gomes (2017b, p. 477), o que tem ocorrido muitas vezes é que o TAE, na prática, “desempenha atividades pertinentes ao cargo de Assistente em Administração”, cujas funções estão tipicamente relacionadas a apoio administrativo próprio deste e de outros cargos de nível médio. Desta forma, a instituição acaba por desperdiçar um profissional de nível superior especializado em “situações de subaproveitamento” incompatíveis com a complexidade exigida para o cargo (Casado et al., 2017, p. 2).

Conforme apontam Oliveira, Rosa e Esteves (2019), é bastante comum encontrar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) servidores TAE assumindo uma rotina de trabalho “essencialmente administrativa, que se equipara a de um cargo de Assistente em Administração” (p. 197). Tanto que a sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas elaborou um guia de orientações sobre suas atividades típicas, no intuito de dirimir esses desvios funcionais e melhor aproveitar seus quadros (Casado et al., 2017).

Para as autoras, tal transvio poderia ser explicado por muitos motivos, que vão desde a escassez de servidores em algumas instituições, passando pelo desconhecimento das especificidades dos diferentes cargos por parte dos gestores, até mesmo “por certa má vontade dos gestores, de entender ou disponibilizar espaço para a atuação de funcionários que possuem diferentes especialidades” (Oliveira; Rosa; Esteves, 2019, p. 198).

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), conforme aponta Silva (2023), atividades de “natureza administrativa são mais presentes no cotidiano do trabalho desses servidores” (p. 97), especialmente quando absorvidos pela gestão central (reitoria e pró-reitorias), denominada pela autora de “unidade sistêmica”. Segundo seu estudo, o descuido ou desatenção da gestão para com a harmonização e coerência das atribuições específicas do cargo de TAE com as atividades exigidas pelo setor ou órgão de exercício do servidor, pode “gerar o seu envolvimento em atividades de cunho mais administrativo, em detrimento do seu engajamento em ações de natureza eminentemente pedagógica”, impactando negativamente e ao mesmo tempo o seu “desenvolvimento profissional e identitário” (Silva, 2023, p. 79).

O fato é que os desvios de função ou subemprego dos Técnicos em Assuntos Educacionais podem provocar, não apenas a subutilização óbvia e o desperdício de mão de obra

qualificada nas instituições de ensino, como também o aumento de sentimentos de frustração e de desvalorização do profissional, com resultados negativos em seu desempenho funcional (Oliveira; Rosa; Esteves, 2019, p. 198), provocando assim múltiplos efeitos deletérios sobre o serviço.

Para Casado et al. (2017, p. 4), corrigir estas disfunções melhoraria os processos de trabalho e valorizaria o desenvolvimento profissional do servidor, promovendo “nos sujeitos o sentimento de pertencimento, integração e acréscimo à Instituição”, tornando o ambiente de trabalho mais criativo e produtivo. Segundo Oliveira, Rosa e Esteves (2019), tratados como profissionais especialistas em educação que o são, estes servidores podem agregar mais valor não apenas aos processos educativos e de produção e difusão de conhecimento em que estejam envolvidos, como nas outras atividades administrativas relativas e pertinentes aos seus setores de atuação.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi inicialmente motivado por um caso concreto de tentativa bem-sucedida de remoção interna, por parte do NDIHR da UFPB, de um TAE com formação em história, em flagrante desvio funcional e de nível⁶, para desempenhar suas funções no Núcleo. Tendo em vista, no entanto, a existência de órgãos e núcleos funcionalmente análogos ao NDIHR em outras instituições de ensino e a presença do profissional TAE em todas estas instituições, a partir de seu estudo de caso, é possível traçar paralelos e aplicar a análise e o relato de experiência proposto em outras situações e casos similares.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017), este artigo se baseou em uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa materializada em uma pesquisa bibliográfica e na análise da experiência ora relatada, buscando-se conhecer os elementos envolvidos no fenômeno pesquisado e as relações entre eles em torno da temática da gestão de pessoas nas instituições de ensino superior, com vistas a elaboração de um plano de trabalho.

A pesquisa se desenvolveu em três etapas: (1) levantamento de dados, (2) análise e interpretação dos dados e (3) construção do plano de trabalho. O levantamento de dados (1) consistiu na coleta bibliográfica (1.1) e dos dados sobre os TAE na UFPB (1.2). A esta, seguiu-se a organização dos dados e informações da etapa precedente e sua análise interpretação (2). Por fim, com base nos resultados verificados nas etapas anteriores, elaboramos a discussão destes e a consequente construção do plano de trabalho concreto (3), contemplando possíveis atividades do TAE com formação em História a serem desempenhadas no NDIHR, dividido em três eixos de atuação: suporte pedagógico e administrativo; atividades didáticas e acadêmicas e; diagnósticos e gestão administrativa. Com a possibilidade ainda de ser replicado em outras IES, em situações similares.

⁶ Além do desvio laboral para outras atividades estranhas às descritas legalmente para o cargo, o servidor (nível E) desempenhava um trabalho típico e descrito para cargos de nível D.

4 DESAFIOS ATUAIS DO NDIHR E SEU ATUAL PLANO DE AÇÃO

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em contraste com o panorama histórico de seus quase cinquenta anos de existência, conta atualmente com um número muito reduzido de docentes e pesquisadores vinculados – provenientes dos Departamentos de História, Ciência da Informação (Arquivologia e Biblioteconomia) e Metodologia da Educação, além de discentes, bolsistas, estagiários e colaboradores – tendo em vista um (relativamente) breve período de diminuição de suas atividades e problemas relacionados à gestão do órgão.

Seu Programa Permanente de Pesquisa conta com um conjunto de Linhas Temáticas interdisciplinares, nas quais encontram-se Projetos de Pesquisa, tais como Estrutura de Poder, Indústria e Trabalho no Nordeste, Educação e Sociedade, Questão Agrária na Paraíba, Arqueologia, Manifestações Culturais na Paraíba, Sexo e Relações de Gênero, Relações Comerciais da Paraíba, Formação Histórica da Rede Urbana, Economia Pesqueira do Nordeste e Movimentos Sociais Urbanos.

Já o Programa Permanente de Documentação e Memória Regional visa a preservação do patrimônio documental, possibilitando a prática da pesquisa histórica, a sua divulgação e acesso democrático. Foram desenvolvidos neste programa projetos de referenciação e/ou organização de arquivos e atividades de organização de acervos documentais/assessoramento; capacitação de pessoal em organização de arquivos e levantamento/referenciação de fontes históricas.

O Programa Permanente de Ensino e Extensão, por sua vez, tem como objetivo desenvolver projetos e ações que visem a formação e capacitação de pessoal docente e discente, bem como de outros profissionais e professores do ensino básico. Projetos como o Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos e História da Paraíba e o Curso de Especialização (*Lato Sensu*) – 1995, 1996 e 1997 – em Organização de Arquivos, em cooperação com os Departamentos de História (CCHLA) e o então Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CCSA) também fizeram parte deste Programa Permanente, além de diversos outros cursos e encontros científicos, assim como a participação do Núcleo em atividades promovidas por outras entidades regionais ou nacionais (ANPUH-PB, IHGP, IEB-USP, etc).

Seu quarto e último programa, o Programa Permanente de Divulgação e Publicação, visa disponibilizar as informações pertinentes ao acervo do NDIHR e os dados e resultados de suas próprias pesquisas, além de promover a divulgação de documentos e trabalhos realizados por

pesquisadores, estudantes e estudiosos da realidade regional. Fizeram parte das publicações vinculadas a este Programa Permanente, dentre outros, algumas exposições, a Coleção de História Temática da Paraíba, as publicações periódicas e linhas editoriais Textos NDIHR, Cadernos de Estudos Regionais, Debates Regionais e as séries “Documentos” e “Materiais Didáticos”, com diversas publicações cada uma.

Funciona ainda no NDIHR o Laboratório de Arqueologia Brasileira e futuro Museu de Arqueologia Paraibana, com alguns projetos concluídos e em andamento, além das atividades de ensino promovidas junto aos departamentos e a outras instituições.

O NDIHR tem passado, nos últimos anos, por algumas dificuldades de gestão e cortes de recursos que, somados a um período em que muitos pesquisadores passaram à inatividade ou aposentadoria, o fizeram vivenciar algum declínio em suas atividades de pesquisa e extensão, com a diminuição dos seus projetos, grupos e participantes, extinção dos fundos de financiamento e recursos e degradação física e material de seus espaços e ambientes, dentre outros problemas. Além destes fatores, as universidades públicas passariam, nos últimos governos progressistas, por uma fase de estímulo à criação maciça de programas de pós-graduação, fazendo o Núcleo perder parte de seu protagonismo e destaque enquanto centro de produção de conhecimento na comunidade acadêmica.

Os seus periódicos e publicações diminuíram ou cessaram suas edições, as instalações que abrigam os acervos não contam com as condições físicas necessárias a sua guarda e há uma defasagem no seu corpo técnico, incapaz de dar conta dos serviços do Núcleo em sua totalidade, na atualidade. Os Conselhos Técnico-Científico e Editorial tiveram suas atividades bastante reduzidas ou suspensas, assim como há um deficit nos serviços prestados pela Biblioteca e Arquivo.

O Núcleo conta atualmente com um número reduzido de profissionais técnicos, insuficiente para atender a demanda de serviços prestados a estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, técnicos(as) e pesquisadores visitantes externos. Diminuto também para manter em funcionamento de forma satisfatória os quatro Programas Permanentes⁷ do Núcleo, o Arquivo, a Biblioteca, Secretaria, o Conselho Técnico-Científico, o Conselho Editorial, o Laboratório de Arqueologia e todos os programas, projetos de pesquisa, ensino e extensão vinculados ao NDIHR. Quadro igualmente deficiente para o atendimento e apoio pedagógico e científico aos discentes, docentes e demais usuários que se utilizam do espaço, dos acervos e dos

⁷ Pesquisa; Documentação e Memória Regional; Ensino e Extensão e; Publicação e Divulgação.

serviços do Núcleo, assim como para a recuperação e reabilitação previstas no plano de ação da mais recente gestão.

Dessa forma, a nova gestão da Coordenação (2022-2026), na tentativa de retomar as atividades do Núcleo em sua plenitude e operar ainda no sentido de uma expansão e melhora qualitativa das suas atividades, vem construindo e pondo em prática um Plano de Ação e Metas – do qual fizeram parte o presente Plano de Trabalho apresentado para o TAE – cujas principais diretrizes, que ora apresentamos, funcionam como eixos de ação, em torno dos quais orbitam algumas medidas. Dessa forma, participam do plano de revitalização do NDIHR, no qual o Técnico em Assuntos Educacionais ora requisitado viria a somar e cujo plano de trabalho proposto por este manuscrito se relaciona:

- a) Fomentar o cadastro de novos projetos e grupos de estudos, pesquisa e extensão no NDIHR e o fortalecimento dos atuais, a partir dos departamentos vinculados;
- b) Empreender esforços para requalificar as atividades do NDIHR junto à comunidade acadêmica e a UFPB, reposicionando-o em seu tradicional lugar de destaque na produção e difusão do conhecimento regionalmente;
- c) Envidar esforços para requalificar o espaço estrutural e as condições materiais do NDIHR, angariando os meios para as reformas e equipamentos necessários ao bom funcionamento do Núcleo;
- d) Criar e manter devidamente atualizada uma nova página eletrônica do NDIHR, vinculada aos Sistemas Integrados de Gerenciamento da UFPB (SIGs);
- e) Trabalhar para incorporação de novos servidores técnico-administrativos ao Núcleo, de modo a compensar e suprir seus deficits e demandas;
- f) Buscar aprimorar e melhorar as condições de guarda e conservação do acervo arquivístico, bibliográfico e arqueológico do NDIHR em parceria, sempre que possível, com o Departamento de Ciência da Informação, o Departamento de História e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- g) Iniciar os estudos e ações voltadas para a virtualização e a digitalização do acervo documental, preferencialmente em parceria com os departamentos de interesse; assim como trabalhar na transformação do laboratório de arqueologia em museu.
- h) Fomentar a celebração de convênios e atividades de pesquisa e extensão com outras instituições, alinhadas aos interesses do NDIHR;

- i) Trabalhar na atualização e elaboração de novo Regulamento do NDIHR, condizente com as resoluções gerais mais recentes;
- j) Promover e/ou participar de eventos que visem à disseminação de novos conhecimentos e atualização científica, junto à comunidade universitária e à sociedade em geral.

4.1 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE UM TAE COM FORMAÇÃO EM HISTÓRIA

Tendo em vista todo o exposto acima, a necessidade de algumas reparações e o projeto de revitalização, retomada plena e expansão dos serviços e Programas do NDIHR por parte da nova gestão, entendemos que a presença de um técnico cuja natureza e atribuições de seu cargo no campo pedagógico faz-se necessário e adequado para qualificar as ações, além da gestão administrativa própria do NDIHR, às diversas atividades do Núcleo ligadas aos processos de pesquisa e extensão, sempre articuladas com o ensino.

Além disso, é certo que a formação acadêmica do TAE é, ao mesmo tempo única e múltipla, se assemelhando em sua base pedagógica, mas se diversificando cada servidor em uma área distinta. E isto pode ser gerido pela administração de modo a potencializar o aproveitamento também de suas áreas específicas em seus locais de atuação (Silva, 2023), como a formação em História e o NDIHR, por exemplo, adequando perfis profissionais a diversidade de demandas da instituição (Reitz, 2023). Desta feita, entendemos que a lotação de um Técnico em Assuntos Educacionais historiador pode contribuir sobremaneira com o Núcleo.

Deste modo, tendo em vista a importância do pleno funcionamento do Núcleo para as diversas atividades de pesquisa, produção e difusão do conhecimento histórico regional, a natureza específica de algumas atividades, descritas adiante, próprias do NDIHR e a disposição declarada de um servidor técnico com este perfil, elaboramos o referido Plano de Trabalho, a ser desempenhado no Núcleo, por um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) com formação e experiência de pesquisa na área de História.

A realocação de um TAE com este perfil, ao compor seu quadro de técnicos e técnicas, atenderia uma demanda legítima de necessidade crescente de pessoal especializado na UFPB (Reitz, 2023) e no NDIHR. Este acréscimo não se daria apenas em número como também de forma qualitativa, tendo em vista que poderia enriquecer seu quadro de forma interdisciplinar e multifuncional somando, além de atributos de ordem pedagógica e administrativa, conhecimentos especializados em História e pesquisa documental em arquivos, cuja relação é direta às atividades e natureza do Núcleo e aos serviços citados.

4.2 PLANO DE TRABALHO PARA O TAE HISTORIADOR NO NÚCLEO

A seguir, elencamos de forma sintética e objetiva os serviços e atividades que podem ser desempenhados, assessorados ou auxiliados pelo Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) com formação em História no NDIHR, com base na descrição de suas atribuições legais (MEC, 2005), nas necessidades, demandas e natureza organizacional do Núcleo (UFPB, 1997, 2018), nos objetivos estratégicos dos dois últimos PDIs da UFPB referentes a pessoas, gestão acadêmica e relações com a sociedade (UFPB, 2021, 2024) e nas diversas propostas de ação verificadas em consulta bibliográfica sobre gestão e administração pública, relacionadas especificamente ao cargo de Técnicos em Assuntos Educacionais. A presente proposta não pretende esgotar, contudo, todas as possibilidades de seu emprego e contribuições para o setor.

4.2.1 Suporte pedagógico e administrativo aos órgãos do NDIHR

O TAE poderá prestar assistência e apoio em assuntos relacionados, tanto aos processos educacionais, quanto à gestão e procedimentos administrativos aos diferentes órgãos e setores que compõe o NDIHR como a Coordenação, Secretaria, Conselhos Técnico-Científico e Editorial, Arquivo, Biblioteca, Laboratórios e Supervisões dos Programas Permanentes. Estando apto a atuar tanto nas atividades-meio, quanto nas atividades-fim, conforme seu cargo e formação, de acordo com as resoluções pertinentes (UFPB, 1997, 2018). Dentre estas atividades podem constar:

- a) Prestar apoio e assessoria a Coordenação em suas atribuições previstas no art. 16 da Resolução 24/2018 e no art. 14 da Resolução 20/1997 (UFPB, 1997, 2018);
- b) Atuar, junto a Coordenação, na elaboração da programação anual de atividades e nos relatórios anuais a serem apresentados ao Conselho Técnico-Científico (UFPB, 2018, art. 16);
- c) Atuar, junto a Coordenação, na articulação de convênios educacionais e de pesquisa, acordos de cooperação e parcerias nacionais e internacionais, com outras instituições, entidades, órgãos e pesquisadores externos (Casado et al., 2017);
- d) Atuar, junto a atual gestão do NDIHR, no plano de reestruturação e requalificação do Núcleo, através de ações de fomento para o cadastro de novos projetos e grupos de estudos a partir dos departamentos vinculados e para as melhorias do espaço físico, através de reformas, ampliações e aquisição de equipamentos, dentre outras medidas de recuperação do Núcleo;

- e) Prestar apoio e assessoria ao Conselho Técnico-Científico nas suas atribuições previstas no art. 14 da Resolução 24/2018 e art. 6 da Resolução 20/1997 (UFPB, 1997, 2018), auxiliando na retomada plena de suas atividades;
- f) Auxiliar nas avaliações dos relatórios periódicos dos grupos e projetos de pesquisa e extensão a serem apresentados ao Conselho Técnico-Científico (UFPB, 2018, art. 12);
- g) Prestar apoio e assessoria à Secretaria no que lhe compete, conforme o art. 16 da Resolução 20/1997 (UFPB, 1997), facilitando e propondo melhorias no que for possível;
- h) Atuar junto ao Arquivo, coordenando ou assessorando a organização da documentação produzida pelas pesquisas do NDIHR, doada ou sob sua custódia. Assim como as bases de dados com informações sobre fontes de pesquisa para a História nordestina e a divulgação da documentação do acervo, através de instrumentos de pesquisa, exposições e outras atividades (UFPB, 1997, art. 20);
- i) Dentro da política de reestruturação do Núcleo planejada pela nova gestão, propor e conduzir melhorias na estrutura e processos de guarda, conservação e acesso aos acervos do NDIHR;
- j) Auxiliar e assessorar, administrativa e pedagogicamente, as Supervisões dos Programas Permanentes de Pesquisa; Documentação e Memória Regional; Ensino e Extensão e; Publicação e Divulgação. Também na implantação de linhas temáticas e projetos de pesquisa, especialmente as orientadas para o processo histórico regional;
- k) Atuar na reativação do Conselho Editorial através, inicialmente, dos procedimentos formais e administrativo-burocráticos que possibilitem a sua (re)criação, assim como de suas publicações e, posteriormente, nas articulações acadêmicas e políticas necessárias ao seu pleno funcionamento;
- l) Prestar apoio ao Conselho Editorial e a Biblioteca na execução da política editorial no Núcleo. Supervisionando ou participando da elaboração de séries monográficas e outras publicações, recebendo textos, enviando textos para o Conselho Editorial, fazendo as devidas avaliações, enviando para a revisão textual e intermediando a editoração no que for necessário (Casado et al., 2017);
- m) Assumir, eventualmente, a função de responsável direto por alguns dos órgãos e setores da estrutura organizacional do Núcleo, quando permitido pelos dispositivos regulamentares. Tal como a Secretaria, na função de secretário; o Arquivo, uma vez que sua formação em História o permite (UFPB, 1997, art. 19); as Supervisões de alguns dos

Programas Permanentes, permitidas também a especialistas, conforme sua área de atuação (UFPB, 1997, art. 17) ou a Coordenação ou Vice-coordenação (UFPB, 2018, art. 15).

4.2.2 Desenvolvimento de atividades didáticas e acadêmicas no Núcleo

Com o objetivo de garantir e prestar apoio pedagógico e administrativo com os meios necessários a realização das atividades didáticas e acadêmicas dos departamentos, pesquisadores, estudantes e demais usuários do Núcleo (UFPB, 2018, art. 13), poderá o TAE com formação em História, dentre outras atividades:

- a) Analisar e apresentar relatório sobre a viabilidade das propostas de desenvolvimento de atividades didáticas e acadêmicas no ambiente físico do Núcleo (UFPB, 2018, art. 13);
- b) Atuar como facilitador, trabalhando junto a Biblioteca e ao Arquivo no serviço de acolhimento e orientação pedagógica nos levantamentos bibliográficos e documentais personalizados, fornecendo atendimento e apoio aos estudantes e demais usuários do Núcleo e de seus serviços, em suas pesquisas e consultas diversas que ocorrem através dos acervos e informação histórica do NDIHR, valendo-se das competências inerentes a seu cargo de natureza pedagógica e de sua formação específica na área de História (UFPB, 2024, OE.14; UFPB, 1997, art. 23);
- c) Auxiliar no desenvolvimento, aplicação e revisão de metodologias de ensino nas atividades pedagógicas desenvolvidas no Núcleo junto aos departamentos, sugerindo melhorias ou adequações, quando couber (Silva; Melo Filho, 2021);
- d) Buscar e articular parcerias e programas de extensão, estágio e ensino com o Departamento de Ciência da Informação, no intuito de submeter o acervo para tratamento de conservação e pequenos reparos;
- e) Participar dos processos de elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de projetos de pesquisa e extensão (Casado et al., 2017), fornecendo apoio administrativo e pedagógico, em parcerias com os departamentos ou como membro pesquisador, conforme sua formação acadêmica específica e demandas;
- f) Atuar como mediador entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa nos projetos de extensão e na coordenação dos projetos do Programa Permanente de Publicação e Divulgação, mediando estes diálogos (Silva; Melo Filho, 2021);

- g) Elaborar ou participar da organização e execução de oficinas e atividades coletivas, assim como oferecer ou organizar minicursos, palestras e seminários, mediar exposições ou participar de projetos extracurriculares e da divulgação e realização de eventos promovidos pelo NDIHR (Casado et al., 2017; Sanseverino; Gomes, 2017b);
- h) Colaborar pedagogicamente com os coordenadores de estágio vinculados ou em atividade no Núcleo (Casado et al., 2017; Sanseverino; Gomes, 2017a);
- i) Atuar na elaboração de apostilas, roteiros, cartilhas, materiais informativos e material didático de apoio às diversas atividades desempenhadas pelo NDIHR, de modo a facilitar o desenvolvimento dos processos educativos, administrativos e a execução e fluidez dos serviços prestados pelo Núcleo.

4.2.3 Diagnósticos e gestão administrativa

O TAE poderá atuar, concomitantemente às atividades acima descritas, nos processos administrativos e gerenciais relacionados, por exemplo, a gestão pessoal, financeira, protocolar, processual ou de sistemas de informática dos setores que compõem o Núcleo, executando atividades administrativas, diagnosticando os processos e agindo de forma a aprimorá-los e corrigi-los quando necessário. Deste modo poderia:

- a) Analisar, de modo geral, as atividades e metodologias de trabalho do setor, objetivando a sua melhoria, mapeando os processos de trabalho para aprimorar a organização e o acesso à informação e ao conhecimento (Sanseverino; Gomes, 2017b);
- b) Participar ou conduzir a execução de diagnósticos, levantamentos e censos do Núcleo, elaborando relatórios e trabalhos estatísticos sobre fluxos, dados de serviços e processos desenvolvidos. Elaborando, supervisionando, analisando e reformulando rotinas, normas e processos administrativos, quando necessário;
- c) Trabalhar na elaboração de documentos diversos como editais, correspondências, planilhas, formulários, resoluções, portarias, relatórios, ofícios, comunicados, requerimentos, atas, certificados, declarações e outros documentos diversos;
- d) Produzir pesquisas e trabalhos específicos no campo educacional ou administrativo ligados ao NDIHR;
- e) Coordenar ou assessorar pedagogicamente as atividades de treinamento e outras atividades de capacitação e aperfeiçoamento, através de cursos, oficinas, minicursos e projetos que atendam as demandas organizacionais do público discente, docente e técnico;

- f) Criar e manter protocolos de documentação e registro de todas as atividades e publicações do NDIHR nos Sistemas Integrados de Gerenciamento (SIGs), que permitam o acompanhamento, gerenciamento, avaliação e publicização dos grupos e projetos de pesquisa e extensão vinculados aos Programas Permanentes do Núcleo (Casado et al., 2017; UFPB, 2018, art. 10);
- g) Compor ou presidir comissões especiais ou grupos de trabalho para a execução de tarefas relacionadas a assuntos acadêmicos e administrativos de interesse do Núcleo (UFPB, 1997, art. 6);
- h) Criar e manter atualizada uma nova página eletrônica do NDIHR, vinculada aos Sistemas Integrados de Gerenciamento da UFPB (SIGs), de modo que possa atender aos princípios da transparência, da publicidade, da eficiência e facilitar o acesso ao público e usuários aos serviços do Núcleo;
- i) Auxiliar e promover ações de captação e acolhimento de novos técnico-administrativos, assim como nas atividades de formação continuada e capacitação de novas competências para o quadro de servidores;
- j) Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional de acordo com as necessidades do Núcleo e suas rotinas de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado, boa parte dos profissionais ocupantes do cargo de Técnicos em Assuntos Educacionais nas Instituições de Ensino Superior no Brasil vivenciam a indefinição prática, a nível de subunidades, de suas funções e atribuições a serem desempenhadas nos seus locais de trabalho. Soma-se a isso o fato de que a formação superior exigida para a investidura no cargo de TAE não é tão específica como os demais cargos de nível superior que constam no Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (Brasil, 2005), sendo necessário qualquer licenciatura para a sua atuação.

A multiplicidade de formações encontradas entre estes profissionais, ao mesmo tempo em que pode talvez dificultar o dimensionamento desta força de trabalho dentro das instituições, também abre contudo, junto a observação do TAE como uma categoria profissional não homogênea, embora com formação docente, outras possibilidades de emprego e aproveitamento mais eficiente se observada, ao ser designado para determinado setor na IES, o seu perfil acadêmico, formação inicial e a compatibilidade desta com a natureza e atividades próprias do setor, órgão e ambiente organizacional.

A partir de um relato de experiência envolvendo a remoção para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba de um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) com o perfil e formação em História, verificamos que os ganhos em eficiência e adequação do dimensionamento de pessoal da IES podem ser potencializados ao se inserir nas variáveis para a tomada de decisão, por parte da gestão universitária, não apenas as atribuições gerais do cargo, mas a área de formação e o campo de atuação acadêmica do servidor.

MULTIPLICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) COMO POTENCIALIZADOR DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei no 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Diário Oficial, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- CASADO, A. C. et al. **Guia de Orientações sobre as Atividades dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) da UNIRIO**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/progepe/GuiadosTAEsversoFinal.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- IFPR. Campus Palmas. **Técnico em Assuntos Educacionais**. [Palmas], 2022. Disponível em: <https://palmas.ifpr.edu.br/about/menu-academico/objetivos/tecnico-em-assuntos-educacionais/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.
- LOPES, J. C. de J. **Desvio de função nos cargos da carreira técnico-administrativa em educação das instituições federais de ensino superior do Brasil**. 2017. Dissertação (PROFIAP. Mestrado Profissional em Administração Pública) – UFES, Vitória, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8696>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MEC. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Ofício Circular nº 015 de 28 de novembro de 2005. **Descreve os cargos de técnico-administrativos em educação**. Subsecretaria de Assuntos Administrativos: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, Brasília, DF: [s. n.], ano 2005. Disponível em: https://progep.ufpb.br/progep/contents/documentos/informativos/oficio-mec-15-2005-atribuicoes_cargos_pcetae.pdf/view. Acesso em: 15 nov. 2024.
- OLIVEIRA, A. S. de; ROSA, A. V. do N.; ESTEVES, F. V. de F. L. Uma possibilidade de atuação dos técnicos em assuntos educacionais na Unirio: a realização do Nape. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 2, n. 2, p. 194-202, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/18634>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- REITZ, T. A. de O. **Sistema de Dimensionamento de Pessoas e o planejamento da força de trabalho na Universidade Federal da Paraíba**. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aparentes) – UFPB, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30485?locale=pt_BR. Acesso em: 15 dez. 2024.
- SANSEVERINO, A. M.; GOMES, C. F. S. Plano de ação como estratégia para o cargo Técnico em Assuntos Educacionais. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 1, n. 1, p. 35-56, 2017a. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/14722142.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SANSEVERINO, A. M.; GOMES, C. F. S. Propostas dos técnicos em assuntos educacionais. **Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, vol. III, n. 2, 2017b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316456034_Propostas_dos_tecnicos_em_assuntos_educacionais. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SILVA, J. de C. M.; MELO FILHO, I. J. de. **Os Técnicos em Assuntos Educacionais: compreendendo o seu lugar de pertencimento na articulação dos processos educativos na educação profissional e tecnológica**. Olinda, PE: O autor, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- Silva, K. F. da. **Desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais : contribuição para a política de formação continuada de um Instituto Federal**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – UFPB, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27243?locale=pt_BR. Acesso em: 12 dez. 2024.
- UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023** (Revisão 2021). João Pessoa: UFPB, 2021. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/acoef/pdi/revisao/pdi-ufpb-2019-2023-documento-de-revisao.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**. João Pessoa: UFPB, 2024. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/7HHRqJa5RoaNo7N>. Acesso em: 22 abr. 2025.

**MULTIPLICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS
EDUCACIONAIS (TAE) COMO POTENCIALIZADOR DA FORÇA DE TRABALHO NAS
UNIVERSIDADES**

UFPB. **Resolução nº 20/1997**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR. João Pessoa: Consuni, UFPB, 1997. Disponível em:
http://www.NDIHR.ufpb.br/normas/resolucao_2097_CONSUNI.html. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFPB. **Resolução nº 24/2018**. Fixa normas para a criação e funcionamento de Núcleos De Pesquisa e Extensão. João Pessoa: Consuni, UFPB, 2018. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/img/geral/download.png>. Acesso em: 15 nov. 2024.